

“Tribunais alimentam expectativas irrealistas” sobre investigação criminal

Especialistas de diferentes áreas do saber discutiram ontem, em Coimbra, as potencialidades e os limites da ciência e da tecnologia no combate ao crime

Bruno Vicente

■ O inspector-chefe da Brigada de Homicídios da Directoria do Centro da Polícia Judiciária, Rui Santos, defendeu ontem, em Coimbra, que «os tribunais esperam hoje provas mais categóricas» da ciência e da investigação criminal, alimentando «expectativas irrealistas».

O responsável explicou que, cada vez mais, os juristas esperam que a investigação criminal dê provas irrefutáveis. «A ciência moderna adquiriu importância capital no combate ao crime», explicou.

O cruzamento de diferentes áreas do saber é crucial para o sucesso da investigação. «À partida, tudo o que estiver disponível pode servir à investigação criminal. O pragmatismo do investigador criminal leva-o a deitar mão a todos os recursos disponíveis», contou Rui Santos.

O inspector-chefe foi um dos participantes do terceiro debate do ciclo “Saberes em Diálogo”, organizado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que procurou, através da reunião de especialistas de diferentes áreas, descortinar as potencialidades e os limites da ciência e da tecnologia no combate ao crime.

“OS TRIBUNAIS ESPERAM NOS DIAS DE HOJE PROVAS MAIS CATEGÓRICAS”

O segundo interveniente foi Carlos Farinha, director do Laboratório de Polícia Científica, que defendeu que, ao longo do tempo, «a ciência foi conseguindo saber cada vez mais a partir de cada vez menos». O responsável alertou, contudo, para o perigo de neste caminho se perder o respeito pelos valores éticos, que são «absolutamente essenciais na ciência forense».

Carlos Farinha apontou depois



RUI SANTOS, à direita, explicou que “o pragmatismo do investigador criminal leva-o a deitar mão a todos os recursos disponíveis”

Geração de criminosos “mais espertos” está a chegar

■ O avanço da ciência e da investigação criminal vai contribuir para uma nova geração de criminosos “mais espertos”, que estarão mais atentos e preparados para não deixarem provas nos locais de crime. A ideia, apresentada por Helena Machado, professora do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho, resulta de um estudo realizado junto a criminosos.

algumas cautelas a ter com o designado «efeito CSI», que é «a transmissão de uma realidade perfeita, de que o mundo é imediato, que não há limites para a ciência». «É a ideia de que com um cabelo se sabe o que a pessoa fez nos últimos cinco anos, de que clube é e quantos carros teve nos últimos 10 anos», ironizou o director do Laboratório de Polícia Científica, salientando que, apesar dos avanços científicos, a realidade é

«Acredito no diálogo interdisciplinar para combater o crime. Vivemos numa sociedade invadida pela ciência e pela tecnologia, em que todos somos eventuais suspeitos», defendeu a especialista.

A jornalista Tânia Laranjo, do Correio da Manhã, também participou no debate de ontem, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. A responsável recordou que, apesar dos avanços científicos, a investigação criminal e a Justiça ainda estão longe de funcionar a 100%, como se pode constatar facilmente através da leitura dos jornais. B.V.

bastante diferente do que se vê nalgumas séries de televisão.

Já Francisco Corte Real, vice-director do Instituto Nacional de Medicina Legal, garantiu que, em Portugal, «há bastantes anos que se faz correctamente genética forense». Mas o país ainda pode evoluir mais, através da recém-criada Base de Dados de Perfis de ADN, que tem «grandes potencialidades» para combater o crime, mas que ainda não está a

funcionar como desejável, como já acontece noutros países.

“O jurista tem de fazer um papel feio, mas necessário”

«A ciência mudou e, portanto, o Direito teve que mudar», explicou, pouco depois, a oradora Helena Moniz, que frisou que as novas informações proporcionadas pela ciência e pela investigação criminal «estão a levar a pensar de outra forma o próprio Direito».

«O Jurista tem de fazer um papel feio, mas necessário, que é tratar todos da mesma maneira, pensar em todos nós, que hoje ou amanhã podemos ser criminosos ou vítimas», acrescentou a professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

As palavras da docente foram elogiadas, pouco depois, por Amilton Nicolas Bento, cidadão português emigrante em Inglaterra, condenado e ilibado de homicídio pela justiça inglesa. «Estive preso durante mais de dois anos, condenado por homicídio, por causa de uma imagem de uma câmara. Depois soube-se que o perito da investigação mentiu em tribunal. Ninguém sabe porque o fez, uma vez que suicidou-se», recordou Amilton Nicolas Bento. |